

11º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política
democracia e representação: impasses contemporâneos

Curitiba – 31 de julho a 3 de agosto de 2018

Universidade Federal do Paraná

Área Temática: Teoria Política

**A REPÚBLICA DE VENEZA VISTA PELOS FLORENTINOS:
SAVONAROLA, MAQUIAVEL E GIANNOTTI**

Luís Falcão (UFF)

Resumo:

A presente comunicação visa confrontar o pensamento político republicano da Florença do renascimento em sua reflexão sobre a república de Veneza. Primeiramente, aborda-se Savonarola em sua dimensão democrática. Para o monge, o governo de Florença deveria se inspirar no Consiglio Grande de Veneza a fim de desenvolver mais a virtude, o governo misto e das leis. Já com Maquiavel, Veneza é observada mais pela ótica geográfica e natural do que institucional. Assim, os florentinos devem aprender com os erros de Veneza, uma república isolada, que se mantém pelo acaso de sua geografia e não pela virtude. Absorvendo ambos os pensamentos, Giannotti defende a assembleia do povo, devidamente justificada pela soberania popular, mas reconhece as especificidades naturais de Veneza. Sua análise é rica em formulações institucionais, mas sobretudo a respeito da organização social de sua cidade. Por fim, o texto conclui que a Veneza dos florentinos ensina quando deve ser copiada, mas também confere lições quando se equivoca.

Palavras-chave: Veneza; Florença; Girolamo Savonarola; Nicolau Maquiavel; Donato Giannotti

Introdução

Após a expulsão da família Médici de Florença em 1494, um novo espaço de debates se abriu na cidade. Refletiam, agora, os florentinos como deveriam organizar as instituições fundamentais de seu governo, depois de sessenta anos de domínio daquela família. Parecia óbvio, para a maioria dos envolvidos, que a cidade deveria resgatar o ideal republicano de liberdade que a acompanhava desde sua mitológica fundação. Dalí em diante, e mesmo quando os Médici voltaram ao poder em 1512, a forma de governo esteve no centro dos debates.

Desde pelo menos as gerações de Coluccio Salutati (1331-1406) e Leonardo Bruni (1370-1444), a defesa de Florença frente aos avanços imperiais de Milão era constituída por um modelo retórico de convencimento político sobre a necessidade de engajamento. De fato, mesmo sob o comando Médici, tais preceitos se mantiveram presentes e relativamente intactos. Acompanhava essa temática a indiferença com relação a outras repúblicas, afinal, se Florença era a mais bela e livre das cidades, não haveria motivos justificáveis para que se inspirasse em outros modelos. Em suma, os florentinos, por muito tempo, consideraram sua cidade não apenas autossuficiente, mas incorrigível, irretocável e seria desrespeitoso observar o mundo político-institucional além de suas fronteiras a fim de aprender com ele (BARON, 1962 e 1992; GILBERT, 1977). Assim, existe uma virada importante nos momentos mais intensos da crise florentina com relação ao seu pensamento constitucional, isto é, suas instituições governamentais. Sempre quando ameaçada pelo principado Médici, os pensadores republicanos dessa cidade recorriam à forma veneziana de governo. E não parece sem sentido que isso tenha percorrido do primeiro ao último momento da Florença republicana.

Os objetivos dessa comunicação, portanto, são de explorar a imaginação constitucional do republicanismo florentino em suas situações de maior crise. Para isso, a inspiração nas instituições e condições histórico-geográficas da cidade de Veneza serão tema de destaque. O percurso a ser traçado reverbera elementos de continuidade e ruptura. Assim, o trabalho visa apresentar as contribuições institucionais e suas modificações. Repare-se que parte dessas reflexões pode ser encontrada nos formatos mais comuns das democracias contemporâneas e suas teorias: a divisão dos poderes através do governo misto, a soberania popular, a relação do comércio com a guerra e a defesa, a participação cívica nas deliberações públicas.

O trabalho se centra na contribuição teórica de três pensadores políticos florentinos e, como tal, busca em seus textos os argumentos favoráveis para república bem-ordenada. Por sua própria natureza, sendo seus objetos restritos aos textos dos

autores mencionados, a abordagem metodológica deve cuidar do controle das fontes e dos argumentos em si mesmos. Do ponto de vista da inserção contextual de cada contribuição, não obstante esse ponto ser secundário nesse estudo, não se descuida de observar os desdobramentos políticos de Florença em contraste com o exemplo veneziano. A título de exemplo, citam-se os casos da expulsão dos Médici em 1494 e a defesa da Assembleia popular por Savonarola, a criação do cargo de *gonfaloneiro a vita* em 1502, inspirado no Doge veneziano, e a derrocada da república em 1512 pela concentração de poder em Lourenço de Médici (GILBERT, 1977, p. 141). Esses exemplos mostram que as condições geográficas e políticas de Veneza foram largamente mobilizadas para compreender e propor reformas para Florença.

1. Savonarola

Girolamo Savonarola (1452-1498), frade dominicano radicado havia anos em Florença, assume a liderança do governo da cidade após a queda dos Médici. Pregando com radicalidade contra os vícios do mundo e acusando os florentinos pelas mazelas de suas próprias vidas, Savonarola propõe uma profunda reforma na cidade.

Em fins de 1494, Savonarola prega em favor de um regime popular, apesar de aristotelicamente reconhecer que, quando boa, a monarquia é o melhor dos governos e, quando ruim, a pior deles (SAVONAROLA, 1898, p. 77). Dada a dificuldade de implementação do melhor dos regimes em abstrato, e as vantagens do governo popular, resta que as formas institucionais se adaptem a cada cidade, descartada, evidentemente, qualquer forma de tirania.

Uma vez que as circunstâncias de Florença eram favoráveis ao povo e o pior dos regimes unitários havia se instalado com os Médici, a opção mais cabível era a defesa do governo popular. Na sequência de seu argumento, afirma que os vícios de Florença, que já se espalhavam por toda a Itália, deviam ser combatidos por uma profunda reforma, eclesiástica e civil (SAVONAROLA, 1898, p. 81). Apelando ao bem público, Savonarola (SAVONAROLA, 1898, p. 82) insula os cidadãos pela renovação da cidade, e invoca-os a rememorarem a liberdade em benefício de todos (cf. GILBERT, 1977, p. 119). Por pressuposto, entende ele que a cidade deve proteger a igualdade entre seus cidadãos, de modo que “nenhum se faça comandante nem dominador

superior dos outros na cidade” (SAVONAROLA, 1898, p. 83)¹. O primeiro recurso para isso é bem conhecido dos florentinos: manter os cidadãos pobres e o Estado rico.

Esse estofo interpretativo conduz à conclusão de que, não obstante Florença ser, por suas particularidades, afeita ao regime popular e livre (SAVONAROLA, 1898, p. 84), não há uma só instituição capaz de canalizar tais características.

A forma com a qual a cidade se iniciou não pode se manter se não for mais bem reordenada. Creio que não há nada melhor do que aquela de Veneza, e que devem tomar seus exemplos, absorvendo as coisas dela que têm propósito, nem a necessidade vossa como é aquela do Doge. E assim seria ainda bem, para animar a cada um a comportar-se virtuosamente, que aos artífices fossem de algum modo benéfico, os induzido a se comportar bem, por ser, desse modo, honrado. E assim também não seria fora de propósito que os cargos maiores sejam dados por eleição, e os menores por sorteio. (SAVONAROLA, 1898, p. 84-85)²

Ao citar o governo veneziano, o monge lhe atribui as três características tradicionais do governo misto: o Doge, o conselho grande, eleito, e o conselho menor, por sorteio. Apesar da aparência de equilíbrio entre os poderes, na verdade, trata-se de advogar pela soberania do *Consiglio Grande*, inclusive, ampliando a participação a camadas até então excluídas da política, como os artesãos. A justificativa da escolha por eleição é que as mudanças se fazem lentamente e dentro da normalidade e previsibilidade institucional, permitindo, assim, que o regime se mantenha seguro e que “se dará a cada um aquilo que lhe seja conveniente” (SAVONAROLA, 1898, p. 85)³. Se bem observado, é possível identificar até mesmo uma dimensão democrática na casa aristocrática, o conselho menor. Sendo ela escolhida por sorteio, característica distintiva da democracia entre os gregos, e dada a ampliação da participação popular, a possibilidade de um governo efetivamente largo já está no horizonte.

¹ “nessuno si faccia capo, né superiore dominatore degli altri nella città” (SAVONAROLA, 1898, p. 83).

² La forma que avete principiata non può stare se non la riordinate meglio. Credo che non sai la migliore di quella dai Veneziani, e che voi pigliate esempio da loro, risecando peròqualquer cosa di quelle che non sono a proposito, ne il bisogno vostro come è quella del Doge. E così ancora saria bene, per dare animo a ciascuno portarsi virtuosamente, che gli artefici fosse in qualche modo beneficati e alletati a portarsi bene, per essere onorati. E così ancora non saria fuor di proposito che gli ufficci maggiori si dessero per elezioni, ed i minori per sorte.

³ si dará a agnuno quello che è suoe che gli si conviene.

No *Tratado sobre o governo de Florença*, de 1498, Savonarola se dedica a analisar as instituições que formavam o governo da cidade desde a retomada da república. Em sua vigorosa crítica à tirania, que poderia encontrar solução tanto no reino quanto na república, a depender das circunstâncias de cada cidade (cf. SAVONAROLA, 1898, p. 76), escreve: “Porém, os homens sábios e prudentes, os quais queiram instituir qualquer governo, primeiramente considerando a natureza do povo” (SAVONAROLA, 2013, p. 29)⁴. Referenciando a tripartição clássica – “governo di uno”, “delli ottimati” e “governo civile” (SAVONAROLA, 2013, p. 30) – responde que a “natureza, então, desse povo não é por suportar o governo de um príncipe, ainda que fosse bom e perfeito” (SAVONAROLA, 2013, p. 31)⁵. Mas, “não apenas não convém a este povo o governo de um, mas ainda não lhe convém aquele dos melhores [aristocratas]” (SAVONAROLA, 2013, p. 32)⁶. É natural, para os florentinos, portanto, um regime civil e popular, regido por leis e autogovernado.

Ele justifica assim a criação do *Consiglio Grande* em 1494 a fim de manter a cidade em liberdade (SAVONAROLA, 2013, p. 34). Além disso, a vantagem de um governo “largo” reside ainda no fato de que a corrupção se desenvolve menos, uma vez que as relações pessoais se tornam menos importantes quando tomada a assembleia como um todo (SAVONAROLA, 2013, p. 57). Essa causa teórica para um regime popular encontrou solo fértil na tradição florentina, mas foi com a incorporação da instituição veneziana que ela se realizou.

Cabe aqui destacar que o monge dominicano não descuidava da dimensão mista e institucional da sereníssima. O que lhe confere particularidade, entretanto, é o fato de que o *Consiglio Grande* era a incorporação simultânea de um governo que pendia para a dimensão popular e a criação institucional de uma casa democrática. Ocorre, porém, talvez devido ao trágico destino de Savonarola e de sua obra constitucional, que as referências às instituições venezianas com as devidas aplicabilidades à Florença ficaram relativamente adormecidas pelas décadas subsequentes.

Em resumo, seu argumento é de matriz tomista imiscuído de sentimentos humanistas: o melhor dos governos é aquele regido por um único homem, à semelhança do poder divino, quando este tiver virtude suficiente para isso. Mas, como, numa cidade tão corrupta como Florença, isso é possível? Resta, então, o governa das leis de caráter profundamente popular, já que a virtude está no meio caminho.

⁴ E però li uomini savi e prudenti, li quali hanno a instituire qualche governo, prima considerando la natura del popolo.

⁵ natura dunque di questo popolo non è da sopportare el governo di uno principe, etiam che fussi buono e perfetto.

⁶ non solum non conviene a questo popolo el governo di uno, ma ancora non li conviene quello delli ottimati.

O problema fundamental com o qual Savonarola se deparou foi que ele não encontrava em Florença aquelas instituições que primavam pelo caminho do meio. Em parte, então, abriu-se espaço para o questionamento da tão alardeada liberdade florentina de cunho participativo. A expulsão dos Médici forneceu o ensejo para que os novos governantes olhassem para além de suas fronteiras e a cidade de referência era Veneza.

Isolada suficientemente para que fosse geograficamente protegida, lançada ao mar para favorecer o comércio e infértil o bastante para não atrair a atenção de cobiçadores, Veneza ainda desfrutava de boa fama na sua organização política. Sua forma de governo era mista pendendo para a aristocracia, impedindo a expansão militar, mas, por isso também, mantendo-se durável no tempo. O motivo de tal inflexão parecia claro: se Florença era a mais livre das cidades, como se submeteu por tanto tempo aos Médici? Veneza passa a ser a resposta viável para impedir o retorno da tirania em Florença e o frade dominicano estava na liderança de tal empreitada.

O que de fato chamou a atenção do frade foi a Assembleia popular de Veneza, vínculo fundamental entre a liberdade e a igualdade de uma república. O recurso para a manutenção desses dois princípios era uma fórmula distante de Veneza, manter os cidadãos pobres e o Estado rico. Ao citar o governo veneziano, o monge lhe atribui as três características tradicionais do governo misto: o Doge, o conselho grande, eleito, e o conselho menor, por sorteio. A justificativa da escolha por eleição é que as mudanças se fazem lentamente e dentro da normalidade e previsibilidade institucional, permitindo, assim, que o regime se mantenha seguro.

2. Maquiavel

As referências de Maquiavel sobre Veneza são esparsas e diluídas em suas obras, mas alguns traços comuns podem ser identificados. A primeira e mais evidente marca distintiva dele reside justamente na concepção do modelo republicano como um todo. Para Maquiavel, apesar da importância comparativa da sereníssima com outras repúblicas antigas e modernas e mesmo com principados (MACHIAVELLI, 1969, p. 400), em hipótese alguma ela supera a grandeza de Roma, o que lhe confere um caráter bem particular na tradição republicana florentina. De fato, de um ponto de vista institucional, a cidade eterna, ao internalizar os tumultos, garantiu sua liberdade. O contraste inconcluso das hipóteses de que Roma teria sido fundada por um estrangeiro ou por um nativo avizinha-a de Veneza no segundo caso, mas difere-se dela quando se

observa que a ordenação constitucional não dependeu de seu fundador, mas dos acidentes que se seguiram.

Diferencia-se Veneza também pelo fato de seu fundador não ser um homem, mas a reunião coletiva de diferentes povos. Nenhum fundador, para Maquiavel, foi capaz de ordenar uma cidade como Roma, nenhuma organização constitucional a superaria. Veneza, por ter sido fundada e ordenada por seu próprio povo, fugindo dos hunos, não tinha qualquer compromisso com governos anteriores, assim, “começaram entre eles sem qualquer príncipe particular que o ordenassem a viver sob aqueles leis que pareciam a eles mais adequadas para mantê-los” (MACHIARELLI, 2010, p. 61)⁷. Embora reconheça que ambas as cidades se originaram livremente, e assim se mantiveram por longo tempo, o isolamento geográfico dos venezianos lhes favoreceu, uma vez que dificultou as invasões.

A dimensão geográfica dessa análise não é menos importante, particularmente, se considerada à luz de demais interpretações florentinas⁸. Maquiavel é caso raro em sua cidade por se debruçar nas condições naturais de Veneza, como a fertilidade do solo, a proximidade com o Oriente, os alagamentos constantes, o isolamento espacial, a superioridade da importância do Adriático frente ao sul do Mediterrâneo, os alpes ao norte. Não que ele despreze a história ou as instituições, mas estas emergiram em função da natureza geográfica.

Afim de se protegerem dos ataques de Átila, os habitantes de Aquileia, sitiados pelo huno, decidiram se refugiar na encosta do mar Adriático, num lugar onde ninguém residia. Com o mesmo temor, paduanos e habitantes de outras regiões do Vêneto tomaram o mesmo rumo. As condições de vida ao norte do Adriático, particularmente para a agricultura, eram bem mais difíceis, levando os povos recém chegados a estabelecerem leis e ordenações que driblassem tal infortúnio. Aliás, a própria Roma passara por algo semelhante quando Enéas escolheu o lugar para assentar a cidade (MACHIARELLI, 2010, p. 62).

deve-se considerar se seria melhor eleger para a edificação das cidades lugares estéreis, os homens constrangidos a se industriar, menos ocupados do ócio

⁷ cominciarono infra loro, sanza altro principe particolare che gli ordinasse, a vivere sotto quelle leggi che parevano loro più atte a mantenerli.

⁸ Seria plausível, em um estudo mais alongado, o contraste – que, em pesquisa exploratória já comprovamos – com outros pensadores florentinos, sobretudo, Francesco Guicciardini e Francesco Vettori. Ambos destacam as instituições da organização política dos venezianos, em parte, em conformidade com Maquiavel, em parte críticos de Savonarola.

viviam mais unidos, tendo pela pobreza do lugar melhor causa de discordar. (MACHIAVELLI, 2010, p. 62)⁹

A fertilidade do solo de onde se ergueria Veneza era bem inferior do que as terras ao redor, mas

constrangidos pela necessidade, deixaram lugares amenos e férteis, e em estéreis, deformados e privados de comodidade habitaram. E para ser assim popular de uma vez só reduzida juntamente, em brevíssimo tempo fizemos aqueles lugares não apenas habitáveis, mas prósperos. E constituíram entre eles leis e ordens, entre tantas mazelas da Itália, seguramente desfrutavam. (MACHIAVELLI, 1969, p. 401)¹⁰

Retoma-se aqui o tema recorrente dos *Discorsi*: se os homens operam por necessidade ou por escolha. Certamente, nenhuma das cidades puderam optar pelas características naturais do local de sua ordenação e igualmente se viram forçadas a se estabelecerem em solos estéreis. Em regiões menos propícias à agricultura, os cidadãos tendem a ser mais unidos e industriosos, ao passo que nos lugares férteis, são menos expansionistas e voltam-se mais para suas próprias vidas e afazeres, levando-os, assim, a se tornarem alvos mais vulneráveis aos ataques de outras cidades. Contudo, em ambos os casos, solos férteis ou não, são necessárias boas ordenações, seja para dispor militarmente o povo ou para evitar o ócio dele, mas não são igualmente imprescindíveis as leis: “Digo assim ser mais prudente a escolha ser feita em lugar fértil, quando essa fertilidade com as leis nesses termos se restrinja” (MACHIAVELLI, 2010, p. 63)¹¹. O que difere Roma de Veneza é justamente a capacidade de as leis refutarem as condições naturais nas quais os habitantes se encontravam e, conseqüentemente, dar-lhes boa ordenação.

O acaso foi o principal responsável pela internalização romana dos conflitos, a extensão da cidadania a povos conquistados e, conseqüentemente, a expansão.

⁹ “è da considerare se sarebbe meglio eleggere per la edificazione delle cittadi luoghi sterili, accioché gli uomini constretti a industriarsi, meno occupati dall’ozio vivessono più uniti, avendo per la povertà del sito minore cagione di discordie.

¹⁰ costretti da necessità, lasciarono luoghi amenissimi e fertilli, e in sterili, deformi e privi di ogni commodità abitorono. E per essere assai popoli in un trato ridotti insieme, in brevissimo tempo feciono quelli luoghi non solo abitabili, ma dilettevoli; e costituite infra loro leggi e ordini, intra tante rovine di Italia, sicuri si godevano.

¹¹ Dico dunque essere più prudente elezione porsi in luogo fertile, quando quella fertilità con le leggi infra i debiti termini si restringa.

Veneza, pelo contrário, cresceu pelo medo das invasões externas, edificada por nativos, sem príncipe e com suas próprias leis, por isso, se fez livre. Contudo, o acaso igualmente lhe favoreceu a liberdade e as relações comerciais. O solo estéril da costa do Adriático empurrou seus habitantes para a navegação que, por sua vez, tornou-os exímios comerciantes, atraindo assim um fluxo migratório que durante algum tempo fez a cidade pujante.

A clareza maquiaveliana do papel desempenhado por Veneza nas relações com outros lugares, entre repúblicas e principados italianos, a Grécia, a França e diversas regiões do Oriente próximo, confirma sua interpretação de que a expansão comercial veneziana esteve diretamente atrelada a causas externas. Por isso mesmo, ausente a virtude das instituições romanas, Veneza encontra sua derrocada no primeiro momento em que ameaça seus adversários. Estes, unidos, “em um dia foi-lhe [de Veneza] tomado o Estado que haviam em muitos anos com muita dificuldade conquistado” (MACHIAVELLI, 1969, p. 402; cf. MACHIAVELLI, 2010, p. 78)¹².

A opção pelo modelo romano se passa, assim, pelas causas internas de sua ordenação, ainda que a fortuna tenha lhe sorrido e o acaso lhe oferecido originariamente as ordens. “De tal modo, o acaso lhe deu [ao governo dos gentis-homens de Veneza] mais que a prudência de quem lhe deu as leis” (MACHIAVELLI, 2010, p. 75)¹³. Um aspecto interessante dessa análise é que Veneza, nesse ponto muito próxima de Esparta, manteve sua ordenação de modo mais ou menos intacto da invasão hunna no século V ao surgimento da Liga Cambrai em 1508. Se lembrarmos que Maquiavel (2010, p. 64) elogia Esparta por sua duração de pouco mais de oitocentos anos, mereceria a sereníssima ainda mais louvores, por ter resistido trezentos anos a mais. Uma hipótese plausível para explicar tal silêncio é que Esparta foi fundada por um homem de reputação e habilidade: Licurgo. Embutido no silêncio da duração de Veneza está implícito o elogio à capacidade humana de ordenar as repúblicas; a sereníssima, pelo contrário, deve muito mais ao acaso, que foi justamente o de habitar aqueles terras devolutas.

O fato é que, para Maquiavel, Veneza, de algum modo explicado pelos caprichos da fortuna unidos a alguma tendência pacifista daqueles povos respeitadores das leis e unidos pelo medo, se mostra como uma reminiscência do passado. É verdade, sem a virtude dos romanos ou a disciplina dos espartanos. A esterilidade do solo de uma região lançada ao mar e aberta às nações estrangeiras fez de Veneza propensa à indústria e ao comércio e igualmente defendeu-a das invasões por mais de mil anos.

¹² “in uno giorno fu tolto loro quello stato che si avevono in molti anni con infinito spendio guadagnato”

¹³ “Il quale modo lo dette il caso più che la prudenza di chi dette loro leggi”

Do ponto de vista das instituições, Maquiavel é ambíguo. Veneza pode ser entendida como um governo misto *stricto sensu*, mas também como uma república aristocrática. Assim, uma crítica implícita de Maquiavel a Savonarola reside na absorção do “Consiglio Grande”, uma vez que a sereníssima não teria nada a ensinar a Florença nesse quesito. Desse modo, o secretário florentino se difere também do humanismo cívico por ver em Veneza um modelo válido a ser compreendido, mais por suas mazelas institucionais do que por seus acertos.

3. Giannotti

Assim como o frade dominicano, Donato Giannotti (1492-1573) parte da classificação aristotélica dos regimes em um, poucos e muitos, mas apenas depois de afirmar, como manda a tradição de sua cidade, que os Estados são divididos em repúblicas e principados. O objetivo das cidades é realizar a boa vida para todos e, para isso, a virtude é o critério adotado: quando concentrada em um homem, tem-se um reino, em poucos, um governo dos melhores, em muitos, ele repete o nome do governo misto, uma república. Mas o que chama a atenção é o fato de que o primeiro desses regimes é um “principado natural”, tema presente já em *Salutati*.

A possibilidade de o melhor dos regimes ser um reino, e atribuir-lhe um caráter natural, confirma um alto grau de relativismo de suas colocações em modo bastante semelhante ao que fizera Savonarola. Concordam ambos que, dadas as circunstâncias de distribuição das virtudes, o governo de um pode ser o melhor. Mas não aceitaria Giannotti que esse pudesse, como quer o monge dominicano, ser uma regra geral em abstrato. Essa distinção de fundo dos dois autores seria menos interessante não fosse o caso de ambos justificarem suas posições pelo exemplo de Veneza. Para Savonarola, a sereníssima é o contra-exemplo extensível para Florença; para Giannotti, um caso de boa ordenação institucional.

O pressuposto desse arcabouço é que, interpostas as vontades distintas, os homens não conseguirão agir de modo diferente daquele em prol do bem público, mesmo que assim o desejem. Encontra-se aqui a conhecida fórmula, inspirada originária e explicitamente em Aristóteles e Políbio, dos pesos e contrapesos em direção ao equilíbrio de poderes (cf. ARAÚJO, 2013, p. 17). Interessante que Giannotti empregue um vocabulário bem específico para a conhecida solução republicana: competição. Tanto no que se refere às disputas eleitorais quanto à subsequente aprovação de magistraturas, a contraposição via competição é o modo por ele encontrado para internalizar as vontades parciais da república. Assim, ele segue a tradição florentina, esplendorosamente elogiada desde Maquiavel, de que um poder “guarda” o outro. É

justamente na observação mútua das instâncias governamentais onde o ideal do governo misto se encontra com a divisão dos poderes e distintas atribuições de funções.

Para Giannotti, Veneza não é um modelo de república bem ordenada porque severamente regida por leis, mas é severamente regida por leis porque tem suas instituições políticas precisamente arregimentadas e adaptadas às características da cidade (GIANNOTTI, 1840b, 340-341). Emerge aqui a primeira proximidade com Savonarola. A compatibilidade entre os dois ideais republicanos, o governo das leis e as adaptações institucionais às circunstâncias dos lugares e épocas, é feita simultaneamente seguindo um modelo apreciável em abstrato e o realismo político (GIANNOTTI, 1840b, p. 11): para o monge dominicano, a monarquia de fundo tomista e a tradição florentina, para Giannotti, a precisão das instituições venezianas e a necessidade de reordenação de Florença. O que o frade recolhe de Veneza, mais que outra coisa, é o Consiglio Grande, a dimensão larga do governo misto. Contudo, para Giannotti, é o equilíbrio em si mesmo a principal referência àquela cidade. Não é obra do acaso os argumentos institucionalistas estarem presentes em ambos os autores:

No ano de 1494, durante a passagem do rei Carlos, a cidade [de Florença] recuperou sua liberdade, e mandou em exílio os tiranos. [...] Foi ordenado, nesse época, com a ajuda do frade Girolamo Savonarola, homem prudentíssimo, o Conselho Grande. E, verdadeiramente, quem foi autor (que muitos dizem ter sido frei Girolamo, outros que foi proposto por Pavolantonio Soderini, que tendo sido por pouco período embaixador em Veneza, tomou o exemplo do Conselho Grande veneziano para introduzi-lo em Florença) [...] (GIANNOTTI, 1850, p. 86-87)¹⁴

Mas, diferentemente de Savonarola, a função do Consiglio Grande é a de ordenar a cidade de modo a equilibrar os poderes, usurpados há muito pelos Médici (GIANNOTTI, 1850, p. 8).

Por outro lado, quando Giannotti traça em abstrato a boa ordenação das instituições republicanas, rechaça, em parte, a experiência equilibrada de Veneza. Em *La Repubblica Fiorentina*, dado o critério da durabilidade e liberdade das cidades, Giannotti privilegia fontes antigas para afirmar que há dois modos de organizar um governo misto: pela distribuição equitativa dos poderes ou pela distribuição desigual. Recorrendo mais uma vez ao realismo político, diz o autor que, mesmo que fosse desejável, é impossível temperar a distribuição de poderes de tal modo que sejam

¹⁴ “Nel MCCCCLXXXIV, per la passata del re Carlo, la città recupero la libertà, e mandò in esilio i tiranni [...] Fu ordinato in questo tempo, con l’aiuto di fra Girolamo Savonarola, uomo prudentissimo, il Consiglio Grande. E veramente, chi ne fu autore (ché molti dicono essere stato fra Girolamo, altri esserli stato proposto da Pavolantonio Soderini; il quale essendo stato poco innanzi ambasciatore a Vinegia, prese esempio del Grande consiglio viniziano, per introdurlo poi in Firenze”

precisamente equivalentes e, assim, guardando-se mutuamente. Para tal, seria antes necessário que o legislador transformasse a diversidade dos extratos sociais existentes nas cidades em uma igualdade perfeita. Ainda que fosse possível essa empreitada, seria desastrosa, pois, tornar-se-iam todos igualmente ambiciosos, resultando em dissensões, tumultos e a ruína por fim (GIANNOTTI, 1840a, p. 96).

À primeira vista, ocorre uma clara incompatibilidade desse argumento, fincado no exemplo de Roma, com o elogio do equilíbrio da sereníssima. Afinal, para Giannotti, a república mista deve ser equilibrada ou desequilibrada? É necessário, antes, ter claro que o que Giannotti entende pela “inclinação” de uma república a um dos três poderes significa que o grau de dependência mútua não é igual e o critério para que se penda o poder para um ou outro é a liberdade da cidade (GIANNOTTI, 1840a, p. 97).

Em sua análise paulatina de cada caso, conclui com certa velocidade que inclinar a república ao poder monárquico deve ser descartado, uma vez que o rei rapidamente se transforma em tirano (GIANNOTTI, 1840a, p. 98-99). Descreve, simultaneamente, na sequência, as outras duas possibilidades para concluir pelo povo. Não sendo o humor do povo voltado à dominação, maquiavelianamente, mas o de não ser dominado, torna-se este o mais seguro guardião da liberdade (GIANNOTTI, 1840a, p. 101). Além disso, não é menos desenvolvido que os grandes em matéria de prudência, sabe mandar como obedecer, é educado e, unido, é também sábio (GIANNOTTI, 1840a, p. 102-107).

A descrição sistematizada das instituições de Veneza pode levar ao equívoco de se interpretar Giannotti como um pensador do constitucionalismo de matriz utópica (cf. BIGNOTTO, 2013) e, com isso, alguém que julgue pertinente a exportação acrítica das instituições venezianas. Na verdade, o estudo constitucional de Veneza lhe permitiu observar no Consiglio Grande a casa que faltava à Florença. Somado ao péssimo exemplo de Roma, que além de não ter durado o que poderia, não manteve a liberdade, conclui o autor que, via de regra, as repúblicas devem se inclinar ao poder popular, em sentido muito similar ao de Savonarola.

Uma evidência importante de que a reordenação de Florença inspirada em Veneza possuía o mesmo valor para os dois reside na descrição de uma de suas qualidades intrínsecas. Como apontamos acima, Savonarola recomenda a instituição do Consiglio Grande para tornar público o acesso às deliberações e reduzir ou mesmo obliterar as influências privadas. Não fosse uma impossibilidade técnica de se reunir todos os cidadãos, supõe-se, nenhuma instituição representativa seria necessária. Assim, é a presença do elemento popular que impede a corrupção pela amizade, parentesco e dinheiro; elementos que afastam os homens do bem público. A essência dessa percepção também se encontra em Giannotti ao esclarecer as relações de competição entre as instâncias governamentais. Quando um magistrado é nomeado,

deve passar pelo crivo de outros órgãos a fim de que ele não seja beneficiado por causas particulares. Por isso,

quem nomeia um magistrado que administre dinheiro deve ser fiador de todo o dano que ele possa fazer, [...] se quem o nomeou objetivava o bem comum, julgando com o nomeado ser útil à república, ou se por amizade ou qualquer outra causa particular. (GIANNOTTI, 1840b, p. 342)¹⁵

Aqui, as promiscuidades das relações de poder se passam pelas relações pessoais e, desse modo, a responsabilidade aumenta quando há dinheiro envolvido¹⁶. Portanto, a utilidade pública assume um caráter diametralmente oposto à amizade e personalidade. O fato é que para Savonarola e Giannotti, amizade e dinheiro interferem negativamente nos processos políticos, mas a solução de cada um não é exatamente a mesma.

O argumento do monge é que quanto maior uma assembleia for, maior será a pulverização da personalidade e, assim, o bem público se torna mais factível. Giannotti, ao contrário, advoga uma contraposição de poderes pendente à dimensão popular de modo a barrar a mesma causa da corrupção. Em outras palavras, o bem comum de Savonarola reside no povo em si mesmo, já para Giannotti, apesar de sua crítica ao conflito político (GIANNOTTI, 1840a, p. 85), ele está na contraposição institucional do governo misto veneziano. Leitor de Maquiavel, defensor da liberdade e da forma de governo republicanas, bem como do império das leis (GIANNOTTI, 1840b, p. 341), Giannotti encontra limite na teoria do antecessor de seu cargo na chancelaria quando nega que seja o conflito legitimador da liberdade e do governo das leis, como quer Maquiavel.

Resgatando passagens históricas de sua cidade, Giannotti atribui a criação do “Consiglio Grande” a Savonarola e a Soderini, este, por ter observado as instituições venezianas quando embaixador naquela cidade. Mas, diferentemente de Savonarola, a

¹⁵ quello da chi egli fu nominato, non solamente perchè chi nomina un competitore d'un magistrato che maneggi danari, deve essere unallevadore, noi diciamo piezo, di tutto il danno che egli potesse fare, come di sopra fu detto, ma perchè ancora nella creazione degli altri magistrati che non trattano danari, ciascuno consideri bene, se chi lo nominò intese al bene comune, giudicando colui essere utile ala repubblica, o se pur dall'amicizia, o da qualche altra particolare cagione fu trato più quello che altro a nominare.

¹⁶ Um exemplo constante oferecido por Giannotti é o tamanho do poder de Cosimo de Medici. Ao longo de sua ascensão, Cosimo de Medici acumula prestígio e mando em Florença por distribuir prebendas, prestígio e dinheiro para cidadãos poderosos a fim de, com isso, conquistar-lhe o apoio, mesmo que permanecesse desconfiado. O resultado não poderia ser outro senão a tirania e a perda da liberdade. Cf. Giannotti (1840a, p. 58, 60-62).

função do “Consiglio Grande” é a de ordenar a cidade de modo a equilibrar os poderes, usurpados há muito pelos Médici. Até o momento, Florença pendia ao regime estreito, quase tirânico, daí a necessidade de elevar o poder do povo a fim garantir um governo civil e livre, mesmas expressões empregadas por Savonarola. De Maquiavel, Giannotti recolhe o aspecto geográfico de Veneza. Assim como Maquiavel, seu sucessor na chancelaria atribui às condições agricultáveis o isolamento e, por isso, a possibilidade de se viver mais tranquilamente.

Conclusão

Esse percurso, conduzido pelos mais importantes momentos do republicanismo florentino, expõe algumas viradas interessantes com relação ao período Médici e ao humanismo cívico. Primeiramente, porque a estratégia comparativa passa a ser empregada na dinâmica da reflexão republicana, o que, retomando Aristóteles e outros antigos, inova em relação ao *quattrocento*. Em segundo lugar, o ideário de fundo constitucionalista busca jogar luz sobre a imbricada relação entre governo misto e república popular. Seja pelo elogio de Savonarola e Giannotti, ou pela crítica de Maquiavel, as condições de tecedura das leis e a arregimentação dos poderes são as marcas distintivas da Veneza observada por florentinos.

Em 1494, com a expulsão dos Médici, em Florença foi construído o Conselho Grande, isto é, a assembleia popular de inspiração veneziana. Em 1498, com a queda de Savonarola do governo, novamente, Veneza foi mobilizada para o exercício do governo misto. Quatro anos depois, em 1502, Florença cria o cargo de gófaloneiro vitalício, ocupado por Piero Soderini, diretamente vinculado à figura do Doge veneziano. Com o retorno dos Médici em 1512 e a derrocada da república as referências a Veneza se perdem e voltam à cena apenas com Giannotti no último período republicano de Florença, 1527-1530. Esse último momento é particularmente interessante porquanto se saiba que Veneza não estava mais sendo lida apenas politicamente, mas também, a partir da interpretação recolhida de Maquiavel, pelas suas condições naturais.

Ao contrário do que se poderia imaginar, o mito de Veneza não foi, para o pensamento político-constitucional florentino, um conjunto de virtudes das quais se deveriam imitar cegamente (ARAÚJO, 2013, p. 62). Veneza foi a principal referência quando Florença não mais tinha a o que recorrer. De um lado, foi interpretada como democrática, de outro, como mista ou aristocrática, mas sempre republicana.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Cícero Romão Resende de. *A forma da república: da Constituição mista ao Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

BARON, Hans. Querelle of Ancients and Moderns. In: KRISTELLER, Paul O. e WIENER, Philip P. (eds.). *Renaissance Essays*. New York: University of Rochester Press, 1992. pp. 95-114

_____. *The crisis of the early Italian renaissance*. Princeton: Princeton University Press, 1966.

BIGNOTTO, Newton. Donato Giannotti e o problema do regime misto. In: ADVERSE, Helton (org.). *Filosofia política no renascimento italiano*. São Paulo: Annablume, 2013. pp. 201-218

CAMBIANO, Giuseppe. *Polis: uno modello per la cultura europea*. Bari: Laterza & Figli, 2000.

DIONISOTTI, Carlo. *Machiavellerie: storia e fortuna di Machiavelli*. Torino: Einaudi, 1980.

GIANNOTTI, Donato. Della Repubblica e Magistrati di Venezia (1526). In: _____. *La Repubblica Fiorentina e la Veneziana di Donato Giannotti*. Veneza: Co' Tipi Del Gondoliere, 1840a. pp. 251-442

_____. La repubblica Fiorentina. In: _____. *La Repubblica Fiorentina e la Veneziana di Donato Giannotti*. Veneza: Co' Tipi Del Gondoliere, 1840b. pp. 3-251

_____. *Opere politiche e litterarie*. Firenze: Felice le Monnier, 1850. (2 vol.)

GILBERT, Felix. The Venetian constitution in Florentine Political Thought. In: Rubinstein, Nicolai (ed.). *Florentine Studies: politics and society in renaissance florence*. London: Faber and Faber, 1977. pp. 463-500

GUICCIARDINI, Francesco. Del modo di ordinare il governo popolare: Discorso di Logrogno (1512). In: *La libertà moderata*. A cura di Gennaro Maria Barbuto. Torino: La Rosa Editore, 2000. pp. 3-41

MACHIAVELLI, Niccolò. *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio* (1517). A cura di Giorgio Inglese. Milano: BUR, 2010.

_____. *Il Principe* (1513). A cura di Giorgio Inglese. Torino: Einaudi, 1995.

_____. *Istorie Fiorentine* (1526). In : _____. *Tutte le opere*. Firenze : Stabilimenti Grafici Bemporad Marzocco, 1969.

MANUEL, Frank E. and MANUEL, Fritzie P. *Utopian thought in the western world*. Massachusetts: Harvard University Press, 1980.

PEDULLÀ, Gabriele. *Machiavelli in tumulto: conquista, cittadinanza e conflitto nei "Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio"*. Roma: Bulzoni Editore, 2011.

POCOCK, J. G. A. *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*. Princeton: Princeton University Press, 2003.

RAHE, Paul (ed.). *Machiavelli's liberal republican legacy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SAVONAROLA, Girolamo. *Scelta di prediche e scritti di Fra Girolamo Savonarola con nuovi documenti intorno alla sua vita*. A cura di P. Villari e E. Casanova. Firenze: Sansoni, 1898.

_____. *Selected writings of Savonarola: politics and religion 1490-1498*. Translated and edition by Anne Boreli and Maria Pastore Passo. New Haven: Yale University Press, 2006.

_____. *Trattato sul governo di Firenze (1498)*. A cura di Gian Carlo Garfagnini. Pisa: Edizione della Normale, 2013.

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. Tradução de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SULLIVAN, Vickie. *Machiavelli, Hobbes, and the formation of a liberal republicanism in England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

VIROLI, Maurizio. *Della politica alla...*

_____. *Republicanism*. Translation by Strauss Frrar and Giroux. New York: Library of the Congress, 2002.

WOOTTON, David. *Ulysses bound? Venice and the idea of liberty from Howell to Hume*. In: WOOTTON, David (ed.). *Republicanism, liberty, and commercial society: 1649-1776*. Stanford: Stanford University Press, 1994. pp. 341-367